

BIODIVERSIDADE, GEOPOLÍTICA E TURISMO NA ÁFRICA AUSTRAL: UMA ANÁLISE CENTRADA NO GRANDE PARQUE TRANSFRONTEIRIÇO DO LIMPOPO (ÁFRICA DO SUL, MOÇAMBIQUE E ZIMBABWE)

BIODIVERSITY, GEOPOLITICS, AND TOURISM IN SOUTHERN
AFRICA: AN ANALYSIS OF THE GREAT LIMPOPO TRANSFRONTIER
PARK (SOUTH AFRICA, MOZAMBIQUE, AND ZIMBABWE)

BIODIVERSIDAD, GEOPOLÍTICA Y TURISMO EN ÁFRICA
AUSTRAL: UN ANÁLISIS CENTRADO EN EL GRAN PARQUE
TRANSFRONTERICIO DEL LIMPOPO (ÁFRICA DEL SUR,
MOZAMBIQUE Y ZIMBABWE)

Davis Gruber Sansolo

Mestre e doutor em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Instituto de Biociências do campus Litoral Paulista da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAl – UNESP). E-mail: davis.sansolo@unesp.br

Rita de Cássia Ariza Cruz

Mestra e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. E-mail: ritacruz@usp.br

RESUMO

Este artigo discute a proteção da natureza e da biodiversidade como uma questão geopolítica. Apoia-se em uma breve digressão histórica acerca do surgimento e do desenvolvimento de áreas protegidas no mundo e no continente africano, especificamente, até chegar à contemporaneidade, destacando a recente valorização do uso turístico dessas áreas. Contradições deste processo, tal como a segregação socioespacial de populações autóctones, decorrente da implementação de áreas de proteção ambiental, são analisadas e compreendidas como uma forma de espoliação da população africana de suas terras, de seus territórios e de seus recursos naturais. Portanto, a principal contribuição deste artigo é a introdução a uma discussão sobre a importância das áreas protegidas no processo de produção do espaço, isto é, como a biodiversidade e o turismo são conteúdos que se impõem como verticalidades sobre o território, na forma de áreas protegidas.

Palavras-chave: biodiversidade, parque nacional, turismo, geopolítica, África Austral.

ABSTRACT

This article discusses the protection of nature and biodiversity as a geopolitical issue. It is based on a brief historical digression about the emergence and development of protected areas in the world and on the African continent, specifically until the contemporaneity, highlighting the recent appreciation of the tourist use of these areas. Contradictions of this process, such as the socio-spatial segregation of native populations, resulting from the implementation of environmental protection areas, are analyzed and understood as a form of dispossession of the African population of their lands, territories and natural resources. Therefore, the main contribution of this paper is the introduction to a discussion about the importance of protected areas in the process of space production, that is, how biodiversity and tourism are contents that impose themselves as verticalities over the territory, in the format of protected areas.

Keywords: biodiversity, national park, tourism, geopolitic, Southern Africa.

RESUMEN

Este artículo discute la protección de la naturaleza y la biodiversidad como una cuestión geopolítica. Se apoya en una breve digresión histórica acerca del surgimiento y del desarrollo de áreas protegidas en el mundo y en el continente africano, específicamente, hasta la contemporaneidad, destacando la reciente valorización del uso turístico de esas áreas. Las contradicciones de este proceso, como la segregación socioespacial de poblaciones autóctonas, derivadas de la implementación de áreas de protección ambiental, son analizadas y comprendidas como una forma de expoliación de la población africana de sus tierras, de sus territorios y de sus recursos naturales. Por lo tanto, la principal contribución de este artículo es la introducción a una discusión sobre la importancia de las áreas protegidas en el proceso de producción del espacio, es decir, cómo la biodiversidad y el turismo son contenidos que se imponen como verticalidades sobre el territorio, en forma de áreas protegidos.

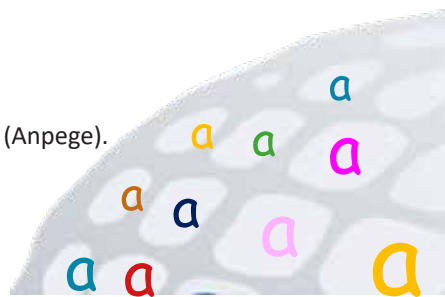
Palabras clave: biodiversidad, parque nacional, geopolítica, Africa Austral.

INTRODUÇÃO

A criação de áreas protegidas no mundo nem sempre obedeceu a critérios objetivos para a seleção de territórios visando à restrição e normatização de uso (MORSELLO, 2008). Segundo Diegues (1994), dois aspectos foram levados em conta na escolha de territórios para a proteção da natureza: o aspecto cênico, atraente para o lazer e usufruto humano, e a ausência ou rarefação da presença humana. Pode-se interpretar que, em sua gênese, a motivação para a proteção da natureza implicava em destituição de sua historicidade, portanto, na criação de pseudolugares (CRUZ, 2007) ou não lugares (AUGÉ, 1996), criando-se a falsa ideia de intocabilidade, como se a ausência da história humana não fosse uma escolha social que, em última análise, seria alienadora, pois destituía a possibilidade de quem iria usufruir, mesmo a lazer, de reconhecer a natureza em seu estado pouco urbanizado, como resultante de uma história humana.

Outro critério para a escolha de áreas naturais para proteção pautou-se na importância da natureza como recurso, tais como florestas para proteção de mananciais, árvores para fornecimento de madeira e de animais para a caça. A propósito, segundo Ganem (2011), há registros de que assírios (700 A.C.) e indianos já estabeleciam áreas reservadas à caça. Na Idade Média, havia, na Europa, reservas para caça e para extração de madeira. Essa autora cita o paradoxo criado no interior do Império Britânico, que se, por um lado, promovia a expansão da indústria e a consequente urbanização, por outro, também investia nos estudos sobre a natureza, para conhecê-la e controlá-la, tanto para sua exploração quanto para sua conservação, diante do iminente processo de degradação causado pela urbanização e consumo dos espaços, já no século XIX. De forma similar, nos Estados Unidos da América, foram criados os primeiros parques nacionais, incentivados por estudos sobre a história natural e o movimento romântico, que encontrou, nas áreas de baixa densidade demográfica, cenários aprazíveis para a população urbana recuperar suas energias despendidas no trabalho industrial.

Destarte, seja em função de suas características estéticas ou por seus atributos utilitários, a normatização de territórios visando à proteção da natureza, até meados do século XX, não era orientada apenas por critérios objetivos. Ainda assim, mesmo com alto grau de subjetividade, a delimitação das áreas protegidas incorreu em tensões geradas pelo confronto entre diversas concepções, projetos e significados do uso sobre o território e seu componente natural intrínseco (FONTENELE, SANTOS, 2009).



No final do século XX, o conceito de biodiversidade tornou-se uma das principais ideias defendidas e valorizadas como base de sustentação da vida no planeta, e, por conseguinte, base estratégica para proteção da natureza, tendo em vista um cenário crítico de degradação, indicado pela supressão de paisagens, comunidades, populações e genes e erosão de ecossistemas (BENSUSAN, 2008).

Albagli (1998) sugere, por sua vez, que esse tema deva ser também abordado numa perspectiva geopolítica, considerando uma mudança no paradigma da relação entre sociedade-natureza, que passou do uso intensivo de recursos naturais para outro, fundamentado na informação e no uso intensivo de ciência e tecnologia como base do processo produtivo. Sendo assim, a biodiversidade, por um lado, é defendida como um valor para a manutenção da vida, mas, por outro, o seu valor estratégico, considerando a informação genética a ela relacionada.

Na perspectiva geopolítica, é notória a divisão de poder entre quem detém os maiores mananciais de biodiversidade (Figura 1) e quem concentra o conhecimento técnico-científico capaz de explorar e definir as regras de uso e exploração da biodiversidade (Figura 2).

Figura 1: Distribuição da biodiversidade planetária. Fonte: IBGE, 2002.

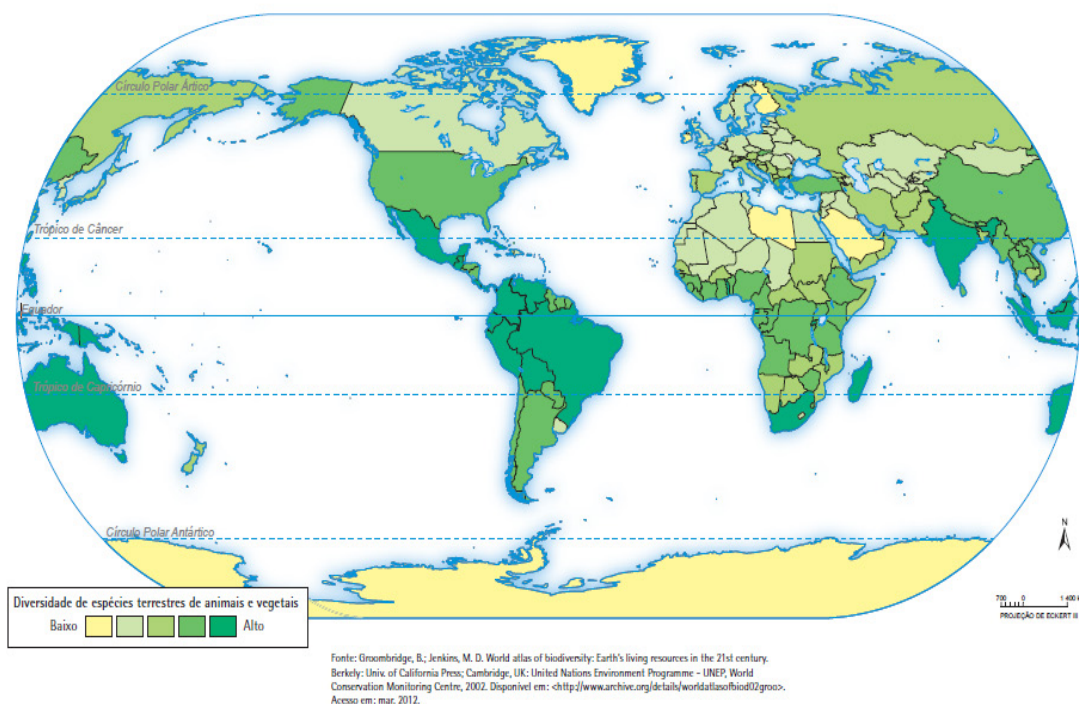


Figura 2: Centros globais de biotecnologia. Fonte: Hoffman & Furcht, 2014.¹



FIGURE 3.1 A sampling of global bioscience hubs and clusters where much of research, investment, and production, particularly in the biomedical field, is concentrated. Clusters are fertile ground for high productivity and employment, increasing returns on investment, and entrepreneurial startup activity. Source: The authors. Map is modified from figure 1 of Andrea Rinaldi, "More Than the Sum of Their Parts." *EMBO Reports* 7 (2006):135.

Um marco da mudança de paradigma para a criação de áreas naturais protegidas foi o ano de 1948, com a criação, por 33 países, da União Internacional para Proteção da Natureza, em Fontaineblou, na França, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a participação do Brasil, e que, mais tarde, mudaria de nome para União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais (IUCN) (CÂMARA, 2007). Segundo este autor, a década de 1960 corresponde ao momento a partir do qual se inicia a preocupação com a proteção da biodiversidade, sendo, portanto, este o critério base para a escolha de espaços a serem especialmente protegidos e administrados.

Decerto que as diversas conferências internacionais tiveram papel na construção de um ideário conservacionista, tal qual o Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo (1972), mas pode-se afirmar que a Convenção da Biodiversidade, resultante da Conferência Rio 92, tornou-se um marco histórico sobre a importância da diversidade biológica do planeta. Em seu artigo 8º, a referida convenção indica, claramente, as relações entre a criação de áreas protegidas e a biodiversidade:

¹ O uso dessa imagem, neste artigo, foi autorizado pelos autores do mapa.

- a) Estabelecer um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisam ser tomadas para conservar a diversidade biológica;
- b) desenvolver, se necessário, diretrizes para a seleção, estabelecimento e administração de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;
- c) promover a proteção de ecossistemas, dos habitat naturais e a manutenção de populações viáveis de espécies em seu meio natural;
- d) promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente sadio em áreas adjacentes às áreas protegidas a fim de reforçar a proteção dessas áreas.

A biodiversidade tem sido o critério atual mais utilizado para a seleção de espaços para a proteção da natureza. A biologia da conservação e a biogeografia são campos do conhecimento que alicerçam essas escolhas. São utilizadas a teoria da biogeografia de ilhas e a teoria dos refúgios. Bensusan (2008) indica que, no Brasil, foi na década de 1970, com o projeto Radar da Amazônia (RADAM), que Wetteber, Pádua, Castro e Vasconcelos propuseram a proteção de áreas onde havia uma grande quantidade de endemismos derivados da permanência da floresta em determinados lugares, durante as glaciações do pleistoceno. Tais áreas seriam prioritárias para a proteção do maior número de organismos. Porém, as dificuldades de se conhecer um vasto grupo de organismos somadas ao fato de algumas espécies importantes ocorrerem fora das áreas de endemismo levaram a se considerar a importância de se protegerem paisagens e ecossistemas (BENSUSAN, 2008).

As dificuldades encontradas para definir territórios a serem protegidos com base no conhecimento sobre a significância da biodiversidade fez emergir uma metodologia que propõe estabelecer princípios para a seleção de espaços a serem protegidos, tendo em vista aspectos diversos relativos à importância da biota e o contexto territorial em que se encontra. Uma forma de planejamento sistemático da conservação foi desenvolvida pela organização não governamental World Wide Fund for Nature (WWF), que propõe os seguintes critérios para o estabelecimento de unidades de conservação:

- a) **Representatividade:** o conjunto de áreas selecionado deve ser uma amostra representativa da biodiversidade da região, ou seja, todos os objetos de conservação considerados relevantes devem estar presentes e ter alguma forma de representação no sistema;
- b) **complementaridade:** ao se inserir novas áreas, deve-se considerar o sistema de reservas já existente para evitar redundância e gastos desnecessários;

c) **instituíbilidade:** é a medida designada para uma área de modo a refletir a sua contribuição para a consecução das metas de conservação estabelecidas, considerando-se o contexto das áreas já protegidas;

d) **eficiência:** diz respeito à relação custo-benefício na seleção de áreas para a conservação. O objetivo é a máxima proteção da biodiversidade, utilizando-se um sistema de unidades de conservação com o menor número de unidades e com a melhor relação área e proteção;

e) **flexibilidade:** as metas de conservação podem ser atingidas por diversas combinações de áreas prioritárias, dando margem à negociação e à inclusão de informações sobre os custos de conservação. Como existem diversas boas soluções para atingir as metas de conservação, pode-se levar em conta o maior ou menor custo em se implementar ações de conservação em um determinado local;

f) **vulnerabilidade:** entende-se por vulnerabilidade a probabilidade ou a iminência da destruição ou alteração dos objetos de conservação. A análise pode ser qualitativa, quando toma por base o conhecimento de especialistas (por exemplo, os diferentes graus de ameaças presentes nas listas de espécies em risco de extinção – lista IUCN), ou quantitativa, quando utiliza, por exemplo, potencial agrícola ou séries temporais, como taxas de desmatamento, fragmentação etc. A análise da vulnerabilidade é feita após a identificação das áreas prioritárias, para se definir a urgência de implantação de cada área selecionada.

Como, todavia, a proteção da natureza é, antes de tudo, um fato social, não é sem conflitos que a delimitação de áreas de proteção ambiental tem se dado pelo mundo e, especialmente, em países em desenvolvimento e com democracias menos avançadas. Além disso, embora o paradigma da biodiversidade seja relativamente recente como norteador de políticas conservacionistas, a delimitação territorial de fragmentos de natureza para proteção, por finalidades diversas, é um fenômeno que remonta ao século XIX. No caso da África Austral, liga-se diretamente à presença dos colonizadores europeus nestas terras, destacando-se os ingleses.

TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS

A invenção de áreas de natureza protegida (como os parques nacionais) confunde-se, em certa medida, com o desenvolvimento do turismo como atividade organizada

e com a própria mercantilização dos lazeres.² Como afirmou Lefèbvre (2008, p. 157), “na Europa e nos países industriais avançados, os lazeres tornaram-se uma indústria de importância primordial. Por meio dos lazeres foram conquistados o mar, as montanhas e até os desertos”, demarcando-se um movimento a partir dos espaços de consumo para o consumo dos espaços.

Os dizeres de Carlos complementam esse raciocínio, quando afirmam que

O lazer na sociedade contemporânea muda de sentido, de atividade espontânea, busca do original como parte do cotidiano, passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo que tudo o que toca transforma em mercadoria... (CARLOS, 1996, p. 108).

O discurso que sustenta a criação de áreas de natureza protegida como, por exemplo, os parques nacionais, apoia-se comumente sobre dois pilares que, na prática, se complementam, ou seja, de um lado, a conservação/preservação da natureza e, de outro, o seu consumo, por meio da fetichização de seus atributos, para fins de lazer e turismo.

O turismo, por sua vez, contribui para a legitimação das restrições que se impõem às áreas de natureza protegida ao viabilizar o seu uso parcial, geralmente possibilitado pela implementação de infraestruturas diversas, incluindo formas de alojamento, em diversos casos, como no Krueger Park, por exemplo. Além disso, há que se considerar a capacidade que tem o turismo de gerar divisas para os lugares visitados, sobretudo quando estamos tratando de grandes áreas protegidas em que se destaca a visitação por turistas estrangeiros.

Naturalmente, o uso de áreas protegidas para fins de lazer e turismo deve ser compreendido nas suas dimensões contraditórias como, por exemplo, a expulsão de comunidades locais do interior dessas áreas frente à permissividade da visitação por indivíduos completamente estranhos ao lugar. É importante lembrar que o turismo se encontra entre as atividades econômicas mais dinâmicas da atualidade e que, para além de seu apelo geopolítico (como “indústria sem chaminés” e “indústria da paz”), deve-se ressaltar o seu apelo geoeconômico.

A capacidade que tem o turismo de mobilizar uma massa de trabalhadores com baixa qualificação profissional, prestadores de serviço autônomos, pequenos artesãos etc. contribui para fortalecer o discurso, mencionado acima, de promoção do uso turístico de áreas protegidas, muitas vezes cercadas por bolsões de pobreza, exatamente como no caso dos parques africanos, objetos de análise deste artigo.

² O turismo, como atividade econômica organizada, é um fenômeno pós-Primeira Revolução Industrial, mais marcadamente da segunda metade do século XIX. Por outro lado, o primeiro parque nacional criado no mundo – o Parque Yellowstone – surgiu em 1872.

O “APHARTEID VERDE”: NATUREZA, ESPAÇOS DE EXCEÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA ÁFRICA-AUSTRAL

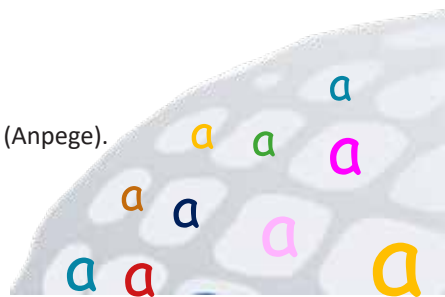
Reservas naturais criadas por europeus em distintas porções do continente africano, durante o longo período de colonização a que foram submetidas as atuais nações africanas, resultaram de diferentes objetivos dos colonizadores. Embora nascidas sob o discurso da conservação ambiental, é amplamente sabido, na atualidade, que essas áreas naturais prestaram-se, entre outras coisas, à delimitação de territórios para uso exclusivo dos brancos, especialmente para o desenvolvimento de atividades então muito valorizadas culturalmente pelos europeus, como a caça esportiva.

Os ingleses, que, segundo Boyer (2003), fizeram todas as revoluções (industrial, agrícola, financeira), foram também pioneiros na criação de reservas de caça em terras africanas, que surgiram com uma importante conotação de espaços de lazer voltados à fruição dos brancos colonizadores. Assim, tais reservas naturais excluíram, desde sua origem, as populações negras autóctones, convertendo-se em mais uma ferramenta de espoliação da população africana de suas terras, de seus territórios e de seus recursos naturais.

Ao longo do século passado, em decorrência de uma convergência de fatores históricos (emergência da conservação ambiental como um dos mais importantes paradigmas do século XX, por exemplo), políticos (duas guerras mundiais e descolonização dos países africanos), econômicos (mundialização da economia, crises econômicas mundiais) e culturais (valorização das viagens e do turismo), as “reservas de caça” foram sendo, paulatinamente e pelos próprios governantes africanos, convertidas em áreas de conservação sob novas tipologias, como a dos parques nacionais. Naturalmente, não se pode negar nisto a forte influência do pensamento conservacionista ocidental (norte-americano e europeu) sobre a patrimonialização de áreas naturais no vasto continente africano, replicando então uma hegemonia mais restrita ao campo da ideologia.

Foi nesse contexto que os parques nacionais africanos foram sendo assimilados pelo mercado mundial do turismo e transformados em áreas privilegiadas para a visitação de turistas oriundos de regiões altamente urbanizadas do planeta e ávidos por experiências exóticas no interior de grandes áreas naturais povoadas por animais igualmente exóticos, para grande parte da população mundial.

Além disso, o legado histórico da colonização, envolvendo o fomento aos mais diversos tipos de conflitos entre grupos sociais africanos, nos ajuda a entender o surgimento de uma organização como a Peace Park Foundation, no final dos anos 1990, voltada para



a otimização de estratégias conservacionistas e abarcando parques transfronteiriços, na África Austral e Sudeste, notadamente movida pela ideia-força de fazer do turismo em áreas naturais desta região “the economic engine that would create the jobs that were so urgently needed on the subcontinent”, como se pode ler na página do *site* desta fundação.³ Uma verdadeira estratégia geopolítica.

Tal como amplamente conhecido, o continente africano, alvo da exploração econômica europeia desde os primórdios do século XVI, foi arbitrariamente dividido entre os colonizadores. Primeiro, a partir de suas ações não concatenadas sobre esse território, e, mais tarde, com base no Berlin Act (1885), grandes potências econômicas à época (destacando-se Reino Unido, França e Alemanha)⁴ dividiram entre si as regiões africanas já subjugadas, impondo limites e fronteiras político-administrativos que ignoraram a autodeterminação dos povos ali viventes, assim como suas histórias e formas de organização socioespacial. Sobre este tema, afirma Dijk:

Em nenhum outro continente havia tantos milhares de quilômetros de fronteiras que foram criados colocando-se uma régua em um mapa e desenhando uma linha reta. Essas fronteiras, que eram em grande parte o resultado do Ato de Berlim, não davam atenção às realidades geográficas ou étnicas da África (DIJK, 2006, p. 106).⁵

Aos conflitos internos e históricos entre grupos e tribos africanas sobrepuseram-se, ao longo da história moderna de ocupação deste território por colonizadores, conflitos novos e de outras naturezas, derivados de uma ordem distante (LEFÈBVRE, 2008) ou, como diria Santos (1996), “alienada e alienígena”. Entre esses conflitos, encontram-se aqueles relacionados à criação e ao uso de áreas naturais protegidas, especialmente as chamadas “reservas de fauna” e os parques naturais delas derivados. Estas áreas – criadas, sobretudo, pela colonização britânica, ao longo do século XIX, sob o mote da conservação da natureza – serviram, entre outras coisas, como instrumentos de segregação (*outil ségrégatif*), conforme aponta Guyot (2006): “La conservation de la nature permettait de protéger de vastes espaces de chasse et de loisirs pour les Blancs en y excluant les Noirs” (GUYOT, 2006, p. 6).

³ Disponível em: <http://www.peaceparks.org/story.php?pid=1&mid=2>. Consultado em maio/2018.

⁴ Além das citadas acima, também Bélgica, Dinamarca, Itália, Noruega, Portugal, Espanha, Holanda, Suécia, Estados Unidos.

⁵ Tradução livre. On no other continent were so many thousands of kilometers of frontiers created by placing a ruler on a map and drawing a straight line. These borders, which were largely the result of the Berlin Act, paid no heed to the geographical or the ethnic realities of Africa.

Como resultado dessa história, os parques naturais africanos converteram-se em sinônimos de conflitos ambientais e territoriais entre brancos e negros (GUYOT, 2006). Nesse sentido, afirma Guyot que “ils sont représentatifs du passé colonial où ‘preserver’ la nature signifiait la ‘réserver’ à une élite blanche en quête de dépaysamento” (GUYOT, 2006, p. 1).

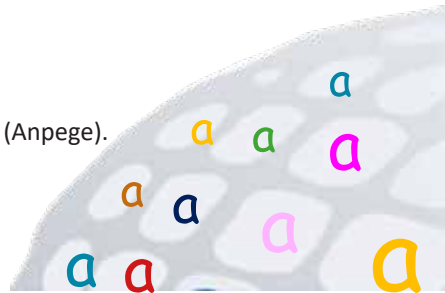
No Brasil, uma vasta literatura produzida sobre a criação de unidades de conservação de diversos tipos (especialmente, sobre os parques nacionais) atesta o fato de que, também neste país, graças a processos evidentemente bastante distintos, foram implementados pelo Estado brasileiro verdadeiros espaços de exceção que ignoraram a presença histórica de grupos sociais, dando origem a conflitos étnicos e fundiários, sobretudo.

A partir de políticas conservacionistas, engendradas ao longo do século XX, o Brasil produziu uma massa de “espoliados ambientais” formada principalmente pelas chamadas populações tradicionais, alijadas de suas terras e de suas casas para dar lugar a reservas de natureza, devidamente protegidas por um sofisticado aparato legal.

No caso africano, os parques naturais colaboraram e colaboram para escancarar conflitos sociais e econômicos promovidos ou agravados pela colonização, que têm um componente étnico, cultural e racial único. Em se tratando de conflitos ambientais relacionados aos parques naturais africanos, Guyot destaca questões como poluição e conservação da natureza, ressaltando a importância de se levar em conta os interesses contraditórios dos atores envolvidos nestes conflitos (população residente, governo e empresários, por exemplo).

Quanto à dimensão territorial dos conflitos, Guyot (2006) destaca o fato de que todo conflito ambiental é territorial e que, portanto, possui uma dimensão espacial. Além disso, considerando a apropriação dos parques naturais por poderes políticos (assim como por grupos sociais) “un ensemble d’acteurs territorialisés”, tais conflitos assumem também, conforme este autor, uma dimensão geopolítica. Daí sua proposição do conceito de “*apartheid verde*”, que se refere à “la santuarization de grands espaces “naturels” à des fins de protection de l’environnement en mettant préalablement à l’écart les populations autochtones qui s’y étaient établies” (GUYOT, 2006, p. 3). Naturalmente, lembra este autor que tal conceito deriva do conceito de *apartheid* em seu sentido clássico.

A delimitação de grandes áreas destinadas à proteção ambiental conflitou e ainda conflita com a histórica mobilidade das populações africanas, motivadas por diversas razões, entre as quais a fome e a busca permanente por melhores condições de vida. Ao analisar movimentos migratórios em Moçambique, por exemplo, Raimundo (2009, p. 13)



afirma que “parte da população moçambicana nunca chegou a viver um verdadeiro estágio de sedentarismo.”

Assim, as antigas reservas de caça não apenas separavam brancos de negros, mas, principalmente, obstaculizavam a circulação territorial destes últimos – muitas vezes, organizados em grupos sociais cuja mobilidade constituía, historicamente, parte de sua própria reprodução social. Em certa medida, os atuais parques nacionais voltados ao usufruto de visitantes estrangeiros reproduzem esse modelo, operando como enclaves de proteção animal, de uso de turistas e de restrição à circulação de outrem.

Por outro lado, a localização geográfica de alguns parques africanos em regiões de fronteira entre pelo menos duas nações distintas favoreceu o uso geopolítico destes parques em diferentes momentos históricos, especialmente durante a chamada Guerra Fria, que se projetou, por exemplo, sobre a África Austral, como aponta Guyot (2006). A título de exemplo, este autor citou o confronto entre a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), guerrilha moçambicana de direita, de base conservadora, que chegou a ter o apoio de setores políticos norte-americanos e britânicos, e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), guerrilha de esquerda, baseada em princípios marxistas e fortemente influenciada por países do chamado bloco comunista. Conforme ressalta Guyot, entre os anos 1970 e 1990, alguns parques da África Austral (como o Krueger) foram utilizados para treinamento militar pela RENAMO:

A aliança entre a Força de Defesa Sul-Africana (Exército Branco da África do Sul) e os sujeitos da Agência de Conservação dos Parques Naturais de Bantustan KwaZulu testemunha o conluio entre militares e conservacionistas (GUYOT, 2006, p. 4).⁶

Para além da Guerra Fria, e depois de findado o regime do *apartheid* na África do Sul, parques naturais passaram a ser tratados, pelos Estados e outros agentes hegemônicos (como o Banco Mundial e organizações não governamentais ambientalistas), como instrumentos para a propagação da paz. Tal perspectiva está por trás da criação, em 1997, da organização sem finalidade lucrativa Peace Parks Foundation, a partir da iniciativa de um antigo diretor da WWF África do Sul, voltada para a conservação de áreas transfronteiriças, assim como para a integração regional da África Austral. Como se pode ler no sítio eletrônico dessa fundação, na Internet:

⁶ Tradução livre. L'alliance entre la South African Defense Force (l'armée blanche sud-africaine) et les agents de l'Agence de conservation des parcs naturels du bantoustan KwaZulu entraînés comme force paramilitaire témoigne de la collusion entre militaires et conservacionnistes.

O estabelecimento de cada parque da paz ou área de conservação transfronteiriça (TFCA) é complexo e de longo alcance, envolvendo muitas partes interessadas. O processo típico envolve várias fases distintas de atividade, que podem levar muitos anos para serem alcançadas. A Fundação Parques da Paz facilita cada uma das fases de desenvolvimento, o que inclui o apoio político, a promoção de estruturas conjuntas de planejamento e gestão, impulsionando a boa governança e capacitação, e otimizando o fluxo de entrega para garantir que o financiamento dos doadores chegue aos projetos no terreno.⁷

Como atividade econômica relevante, que mobiliza Estados nacionais na construção de políticas voltadas à promoção do seu desenvolvimento e implementação de infraestruturas, mas também de construção de representações culturais sobre os lugares, o turismo (e, principalmente, o turismo internacional) relacionado aos parques nacionais africanos abriga, igualmente, uma importante dimensão geopolítica que se amalgama à natureza geopolítica desses parques nacionais como áreas naturais legalmente protegidas.

O GRANDE PARQUE TRANSFRONTEIRIÇO DO LIMPOPO: KRUEGER PARK (ÁFRICA DO SUL), GONAREZHOU (ZIMBABWE) E LIMPOPO (MOÇAMBIQUE)

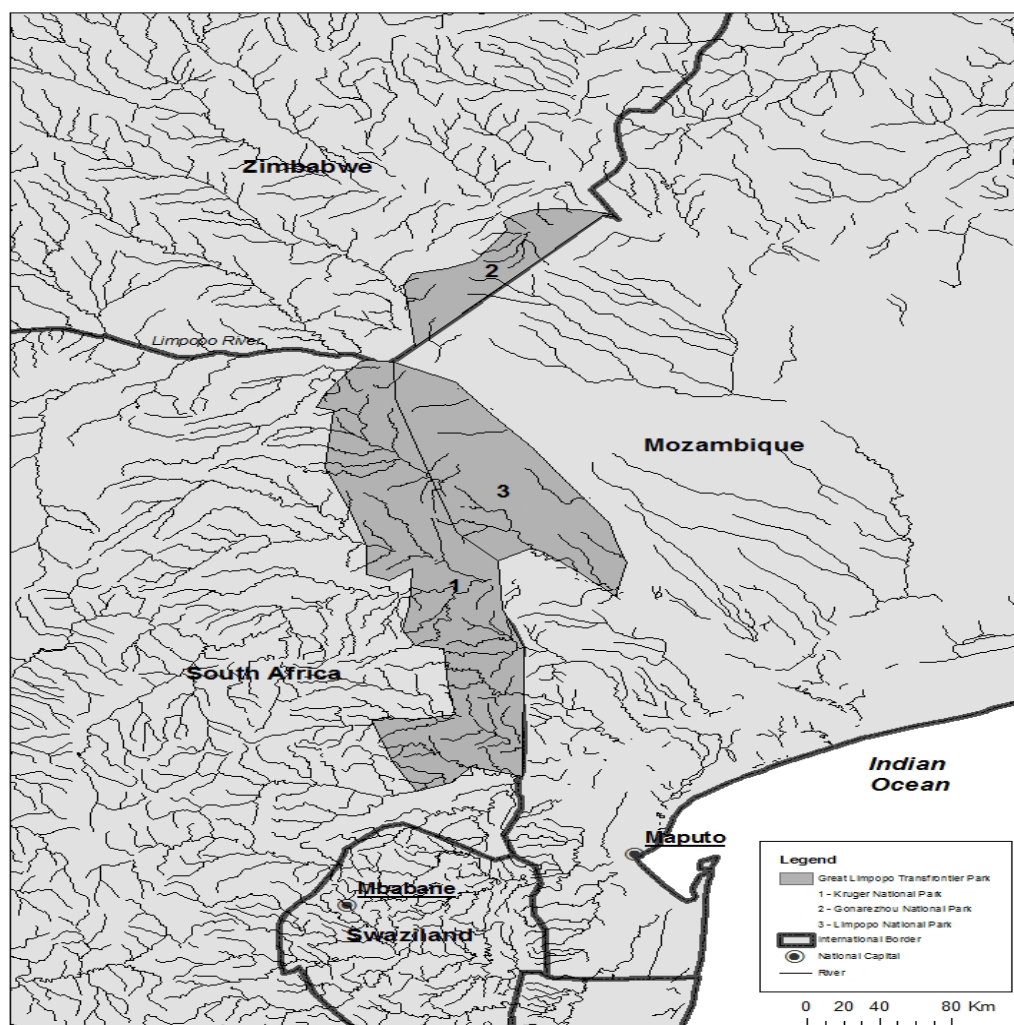
Os parques nacionais, no mundo inteiro, apresentam-se como uma dualidade contraditória: por um lado, podem ser interpretados como territórios voltados à mercantilização da natureza, valorizada nas sociedades pós-industriais como um valor cultural, que, por sua vez, é mercantilizado por meio do turismo (BEDIM, 2007). Por outro lado, podem ser compreendidos como territórios que exercem alguma resistência ao processo de urbanização gerado pelo modo de produção capitalista (MOURA, MAGALHÃES, 2011).

O Parque Transfronteiriço Grande Limpopo, criado em 2002, é um dos maiores parques desta modalidade no mundo: reúne o Parque Nacional Kruger, na África do Sul, o Parque Nacional Limpopo, em Moçambique, e o Parque Nacional Gonarezhou, no Zimbabue. Ao envolver territórios de três nações africanas distintas, cujas fronteiras são historicamente marcadas por conflitos, The Great Limpopo Transfrontier Park (GLTP) é um exemplo didático do que foi tratado em parágrafos anteriores neste artigo, ou seja, da natureza geopolítica dessas áreas protegidas no continente africano, assim como de seu papel como possível instrumento fomentador da paz.

⁷ Tradução livre. The establishment of each peace park or transfrontier conservation area (TFCA) is complex and far-reaching, involving many stakeholders. The typical process involves several distinct phases of activity, which can take many years to achieve. Peace Parks Foundation facilitates each of the development phases, which includes engendering political support, promoting joint planning and management structures, boosting good governance and building capacity, and optimizing the delivery pipeline to ensure donor funding finds its way to projects on the ground. Disponível em <http://www.peaceparks.org/story.php?pid=1&mid=16>

Somados, os três parques nacionais que deram origem ao Grande Parque Transfronteiriço do Limpopo cobrem 37.572km² e compõem a primeira etapa de um projeto de implementação de uma área de conservação transfronteiriça muito maior, envolvendo outros parques moçambicanos, sul-africanos e zimbabwanos, que deve alcançar os 100.000km².⁸

Figura 3 – Parque Nacional do Grande Limpopo (GLTP).



Fonte: <http://www.peaceparks.org/story.php?pid=1005&mid=1048>. Organização: Gullit Torres (2015).

⁸ Conforme se pode ler no sítio eletrônico da Peace Parks Foundation, na Internet.

Seguindo a ideia de que parques nacionais são territórios que possibilitam a conservação ambiental e a melhoria das condições socioeconômicas locais (ADAM et al., 2009), os parques transfronteiriços, como o GLTP, apresentam-se como novas oportunidades de negócios para o turismo.

Entre os parques nacionais que compõem o GLTP, o Kruger Park é o mais antigo. Foi criado no final do século XIX (1898), menos de duas décadas, portanto, após a criação dos dois primeiros parques nacionais do mundo (Yosemite e Yellowstone, nos Estados Unidos), e seguiu a mesma lógica dos primeiros, baseada no que Diegues (2001) defende como *mito moderno da natureza intocada*, onde espaços cujos cenários se assemelhariam ao paraíso destituído de humanidade, ao paraíso natural, seriam especialmente protegidos para usufruto dos seres humanos. Espaços valorizados por seu caráter de monumentalidade e representativos de uma natureza que contribuiria com a formação de uma identidade nacional.

Já o Limpopo foi declarado Parque Nacional em 2001, como parte do projeto de implementação do GLTP, criado no ano seguinte. Como afirma Lunstrum, o Limpopo é parte de uma reforma neoliberal do uso da terra, em Moçambique. Conforme essa autora,

A comparação entre espaços dentro e fora do parque revela uma clara geografia desigual da reforma agrária neoliberal. Em espaços fora do parque, a lei de terras reconhece, de fato, direitos da terra comunitária estabelecidos, mas esse mesmo mecanismo legal nega esses direitos dentro do parque (LUNSTRUM, 2008, p. 350).⁹

Lunstrum refere-se, na citação acima, à Lei de Terras moçambicana, de 1997, que marcou o avanço do capitalismo sobre esse país, com a legitimação da propriedade privada da terra.

Contraditoriamente à Lei de Terras, que criou a propriedade privada do solo, a criação do Parque Nacional do Limpopo representou a suspensão deste pressuposto legal e a renacionalização destas terras, que voltaram ao domínio do Estado. Com isso, segundo Lunstrum, no lugar de legitimar a posse da terra por parte das cerca de 5000 a 6000 pessoas residentes em áreas abrangidas pelo Limpopo e vivendo em comunidades rurais, o Estado, assim como outros agentes intervenientes na implementação do parque (Banco Mundial e Peace Parks Foundation, entre outros), “convidam” estas comunidades rurais a se retirarem de áreas destinadas à vida selvagem e ao uso turístico.

⁹ Tradução livre. Comparison of spaces inside and outside the park reveals a starkly uneven geography of neoliberal land reform. In spaces outside the park, the land law recognizes, indeed, establishes-community land rights, yet this same legal mechanism denies those rights inside the park.

Conforme Belaide (2008), pouco antes da criação do Grande Parque Transfronteiriço do Limpopo (2002), o Banco Mundial concedeu 5 milhões de dólares ao governo moçambicano, destinados ao combate à pobreza de comunidades abarcadas pelo projeto piloto de implementação do Parque Nacional do Limpopo, em 2001. Para Belaide, esta ação não é senão uma tentativa de suavizar a resistência de comunidades locais, assim como de grupos de pressão internacionais quando da então futura implementação do GLTP.

O que se evidencia a partir do exemplo do Parque Nacional do Limpopo é, portanto, a disseminação, pela África Austral, de um modelo de desenvolvimento extravertido (SARRASIN, 2007), fortemente dependente de instituições supranacionais, e que tem no fomento ao turismo – e, mais precisamente, nos segmentos relacionados ao turismo em áreas naturais (ecoturismo e turismo de aventura, entre outras nomenclaturas) – uma de suas principais estratégias geoeconômicas e geopolíticas. Tal lógica, todavia, não se restringe ao Parque Nacional do Limpopo, sendo extensiva ao próprio Grande Parque Transfronteiriço do Limpopo, objeto de nossa análise. Além disso, não se deve ignorar o fato de que tais processos estão em curso porque são, também, legitimados por líderes políticos locais.

O Parque Nacional de Gonarezhou, no Zimbabue, por sua vez, foi criado em 1975, e talvez seja o exemplo mais claro da natureza geopolítica das políticas conservacionistas em curso, no continente africano. Este parque foi implementado em plena Guerra da Rodésia (também conhecida como Guerra pela Libertação do Zimbabue) e logo após o fim do conflito pela independência de Moçambique, revelando, por um lado, o avanço pelo continente africano de lógicas conservacionistas gestadas em países capitalistas centrais, produtores do que Belaide (2008) chama de uma “ordem pública ecológica”, e, por outro, o uso estratégico de unidades de conservação para o domínio destes territórios por sujeitos estranhos a estes lugares, movidos por interesses econômicos legitimados pelo discurso igualmente hegemônico de desenvolvimento do turismo.

Neste sentido, Belaide (2008) aponta para a existência de uma espécie de curto-circuito entre os processos de internacionalização dos conceitos de direito do meio ambiente e o fenômeno da mundialização da economia. Contraditoriamente ao que prega o discurso do desenvolvimento durável, segundo o qual a participação da sociedade civil na definição de políticas de proteção ambiental é imprescindível, tal prática tem revelado caminhar na contramão deste discurso. Ao referir-se, especificamente, ao Grande Parque Transfronteiriço do Limpopo, assevera Belaide:

É sobre essa base que a análise do GLTP, como suporte para a emergência de uma ordem pública ecológica nesta região da África Austral, mostra que a sua construção, ao favorecer os valores transmitidos pelo fenômeno da globalização notadamente econômica, negligencia a garantia e o respeito a «outros» valores sociais. Essa postura apresenta a abertura das fronteiras, operada pelo GLTP, não como um vetor de desenvolvimento comum, mas como uma questão de dominação política e econômica (BELAIDE, 2008, p. 7).¹⁰

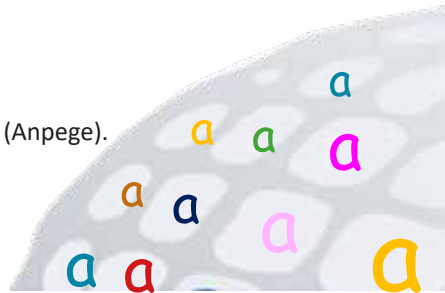
Assim, o Grande Parque Transfronteiriço do Limpopo, embora territorialmente restrito, em se considerando as dimensões e as diversidades natural, social, cultural, econômica e política do vasto continente africano, constitui exemplo paradigmático da reprodução de distintas lógicas de dominação que recaem sobre este continente (GUYOT, 2006). Por um lado, a evidente influência de um pensamento hegemônico ocidental sobre preservação e conservação da natureza e criação de áreas protegidas; de outro, numa escala sub-regional, a dominação geopolítica da África do Sul, que, como afirma Guyot, “tend à s’imposer comme leader en matière touristique et de protection de l’environnement” (GUYOT, 2006, p. 234).¹¹

O discurso sobre o desenvolvimento do turismo como atividade econômica geradora de riqueza e renda colabora para a suavização de conflitos derivados da implementação desses parques, considerando a “acomodação” dos espoliados ambientais no seu entorno, além de sua possível inserção no mercado do turismo ecológico, seja em postos de trabalho formais (em *lodges*, restaurantes e outras estruturas de serviços destinadas a turistas) ou seja na informalidade, como vendedores ambulantes de alimentos ou artesanato às margens de estradas por onde se deslocam os turistas, por exemplo.

Assim, o turismo compõe, juntamente com a “ordem pública ecológica” apontada por Belaide (2008), uma estratégia para a produção do espaço de uma representação hegemônica sobre a África – e sobre a África Austral, especificamente –, como desdobramento da produção de representações igualmente hegemônicas sobre o território africano, compreendido este como portador de uma biodiversidade que deve ser protegida por “guardiões da natureza” consubstanciados em agências supranacionais.

¹⁰ Tradução livre. C’est sur cette base que l’analyse du GLTP, comme support à l’émergence d’un ordre public écologique dans cette région d’Afrique australe, montre que sa construction, en favorisant les valeurs véhiculées par le phénomène de mondialisation notamment économique, néglige la garantie et le respect des “autres” valeurs sociales. Cette posture présente l’ouverture des frontières, opérée par le GLTP, non pas comme un vecteur de développement commun mais comme un enjeu de domination politique et économique.

¹¹ A África do Sul, em função de suas condições econômicas mais privilegiadas em relação aos países da África Austral, que se refletem nas condições infraestruturais do país, acaba por exercer um papel de “portão de entrada” do turismo internacional para essa região.



Longe de responder, portanto, a demandas sociais regionais, grandes parques transfronteiriços convertem-se em instrumentos geopolíticos e geoeconômicos para a realização de projetos transnacionais gestados muito distantes da realidade africana e movidos por instituições como o Banco Mundial e as grandes ONGs ambientalistas. Como apontam as reflexões empreendidas até este momento, isto não parece ser diferente no que diz respeito ao Grande Parque Transfronteiriço do Limpopo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca dos desdobramentos do processo de globalização, Santos adverte:

O mundo oferece as possibilidades: e o lugar oferece as ocasiões. Não se trata aqui de um “exército de reserva” de lugares, senão da produção racionada de um espaço, no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico (SANTOS 1994, p. 50).

Tal perspectiva analítica converge para o que Lefebvre (2008) qualifica como a submissão de uma “ordem local” a uma “ordem distante”, exatamente como se tem passado em praticamente todo o continente africano, antes e depois do seu processo de descolonização.

É necessário destacar-se o fato de que a colonização de um território se faz também por drásticas investidas na direção de uma “colonização das ideias” dos povos submetidos a tais processos de subjugação. Assim, junto com a criação de parques nacionais na África Austral, gesta-se a produção de um ideário favorável às medidas de proteção ambiental, ainda que as comunidades locais vivam, há séculos, em equilíbrio com seus recursos naturais.

Teoricamente, o turismo internacional representa uma forma de valorização não somente da natureza, mas também dos povos africanos, o que poderia ser verdadeiro não fossem as formas como a atividade econômica do turismo se tem desenrolado, especialmente na África Austral, ou seja, comandada por grandes operadoras do turismo mundial e pelas transnacionais do setor hoteleiro.

A presença, nessa porção do continente africano, de capitais chineses e indianos envolvidos com diversas atividades econômicas, entre as quais o turismo, por exemplo, é fato que não pode ser negligenciado. Conforme Cruz e Sansolo,

A inserção do continente africano na geografia do turismo mundial reproduz – como não poderia deixar de ser – as mesmas lógicas que moveram a sua inserção na economia-mundo em sentido mais amplo, ou seja, uma inserção subordinada, em grande medida forjada “de fora para dentro” e atendendo, portanto, a demandas exógenas (CRUZ, SANSOLO, 2011, p. 172).

É nesse sentido, que Irving et al. apontam para as concepções idealizadas dos benefícios passíveis de serem gerados pelo desenvolvimento do turismo, que, segundo estes autores, tendem a mascarar ou minimizar os impactos socioambientais e culturais decorrentes desta atividade. Segundo esses autores,

[...] experiências registradas em todo o mundo parecem desmistificar a afirmação de que a “indústria do turismo”, ou a “indústria limpa”, como também é conhecida, seja necessariamente benéfica na geração de emprego e renda e na preservação dos patrimônios natural e cultural (IRVING et al., 2005, p. 2).

O turismo internacional em curso nos parques nacionais da África Austral tem se caracterizado por uma forte segregação entre turistas e residentes, pela tímida inclusão social de moradores dos entornos destes parques e, conseqüentemente, pelo fomento a conflitos entre Estado e comunidades.

Assim, o povo africano segue a sua saga por sua real independência econômica, política, social e cultural. E os parques transfronteiriços, tal como o GLTP, pouco devem contribuir para isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBAGLI, Sarita. Geopolítica da biodiversidade. Brasília: Edições IBAMA, 1998.
2. ANDAM, K. S. et al. Protected areas reduced poverty in Costa Rica and Thailand. PNAS vol. 107 n° 22, 2009.
3. AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da super-modernidade. Campinas: Papirus, 1996.
4. BEDIM, Bruno Pereira. O espaço capitalista da natureza e seu (contra) uso turístico: a dialética da visitação pública em áreas protegidas – um ensaio teórico. In: *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 7, n° 3, 2007.
5. BELAIDE, Nádia. The Great Limpopo Tranfrontier Park: una gestión régionalisée de la biodiversité au service du développement? In: *EchoGéo*, v. 7, 2008, pp. 1-11. Disponível em <http://echogeo.revues.org/8523>.
6. BENSUSAN, Nurit. Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade, como, para quê e por quê. Brasília: Ed. da UnB, 2008.
7. CÂMARA, Ibsen de Gusmão. Aspectos históricos da conservação: lições a aprender. In: CARBOGIN, João Bosco Primo. *Estratégias de conservação da biodiversidade no Brasil*. Editora Fundação Brasil Cidadão, p.p 10-17, 2007.

8. CARLOS, Ana Fani. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: HUCITEC, 1996.
9. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. Geografias do turismo, de lugares a pseudolugares. São Paulo: Roca, 2007.
10. _____; SAN SOLO, Davis Gruber. Geografias do turismo no vasto continente africano. In: *GEOSP – Espaço e Tempo*, n. 29, 2011, pp. 171-186.
11. DIJK, Lutz van. A history of África. Caple Town: Trafelberg Editors, 2006.
12. FONTENELE, Ana Consuelo F.; SANTOS, Josefa L. Reflexões sobre áreas protegidas nos assentamentos de reforma agrária da Grande Aracajú. Disponível em <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Ana%20Consuelo%20Ferreira%20Fontenele.pdf>.
13. GANEM, Roseli Senna. Conservação da biodiversidade: das reservas de caça à convenção sobre diversidade biológica. In: GANEM, Roseli Senna (org.). *Conservação da biodiversidade, legislação e políticas públicas*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011, pp. 75-109. Disponível em <http://www.bd.camara.br>.
14. GUYOT, Sylvain. Les parcs naturels d'Afrique australe: d'autres territoires de conflicts. In: *Ressources de Géographie pour les Enseignants*, Paris, 2006.
15. IRVING, Marta de A.; BURSTYN, Ivan; SANCHO, Altair P.; Melo, Gustavo de M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. In: *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 5, n. 4, pp. 1-7, 2005.
16. LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008, 190 p.
17. LUNSTRUM, Elizabeth. Mozambique, neoliberal land reform and the Limpopo National Park. In: *The Geographical Review* 98 (3): 339-355, julho, 2008, pp. 339-355.
18. MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2008.
19. MOURA, Rosa; MAGALHÃES, Marisa Valle. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 88, maio/agosto, 1996, pp. -21.
20. RAIMUNDO, Inês. Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique. In: *Revista Economia, Política e Desenvolvimento*, Maputo, vol. 1, dez/2009, pp. 13-39.
21. SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

22. _____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.
23. SARRASIN, Bruno. Géopolitique du tourisme à Madagascar: de la protection de l'environnement au développement de l'économie. *Hérodote*, Paris, n. 127, 2007, pp. 124-149.
24. SPIERINBURG, Marja et al. Transfrontier tourism and relations between local communities and the private sector in the Great Limpopo Transfrontier Park. In: HOTTOLA, Petri (Edit.). *Tourism strategies and local responses in South Africa*. Wallingford, UK, CABI Haedoffice, pp. 167-182, 2009.

Data de submissão: 02/02/2018 - Data de aceite: 02/07/2018

